



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE DE CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL

SINDICÂNCIA Administrativa Disciplinar Nº 030/GPAD/2007

PORTARIA Nº 237/GAB/2007, DE 26.11.07

PROCESSANTE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSADOS: JORGE PEREIRA DOS SANTOS e FRANCISCO CHAGAS DO NASCIMENTO.

JULGAMENTO

Trata-se de Sindicância Administrativa Disciplinar nº 030/GPAD/2007, instaurado por força da Portaria nº 237/GAB/2007 de 26.11.07, da Corregedora Geral da Polícia Civil, objetivando apurar falta disciplinar atribuída ao policial civil **JORGE PEREIRA DOS SANTOS, Agente de Polícia Civil de 3ª Classe, matrícula nº.009904-0** e **FRANCISCO CHAGAS DO NASCIMENTO, Agente de Polícia Civil de 3ª Classe, matrícula nº.009874-4**, em episódio que resultou no extravio de um rádio HT, de propriedade da Secretaria de Segurança Pública que servia à Central de Flagrantes do Grande Dirceu, fato este ocorrido na passagem de plantão do dia 04.06.07, na Central de Flagrante do Grande Dirceu.

Regularmente instalada, a Comissão Sindicante passou a desenvolver atividades de instrução processual da seguinte forma:

- 1) Mandado de citação dos servidores imputados para apresentarem defesa prévia (fl.64/65);
- 2) Defesa Prévia (fls. 66/71);
- 3) Oitivas de Regina Maria Gomes Nunes e Antônio Marques Filho (fl.82/85); Joselito Pereira da Cruz Costa (fls. 91/94); José Rodrigues Júnior (fls. 99/100);
- 4) Expedição do ofício S/N/CSAD/08, datado de 06/03/2008, dirigido ao Coordenador da Central de Rádio solicitando se os HTs que servem à Central de Flagrante do Dirceu possuem registro de numeração (fls.109);
- 5) Ofício nº.28/CR/2008, datado de 10/03/2008, do Chefe da Central de Rádio, em atendimento ao item precedente (fls.113/115);
- 6) Oitivas de Joatã Gonçalves da Silva e Francisco Soares da Rocha (fls.116/119); Carlos Neco Soares, José Maria de Carvalho e Renner de Rios Brito (fls.123/129); Amarildo Carlos de Oliveira (fls.136/137);
- 7) Interrogatório dos processados (fls.138/141);
- 8) Notificação dirigida aos servidores processados, bem como, ao seu causídico para formularem quesitos referentes ao Auto de Exame Merceológico (Avaliação Indireta) do HT, objeto da presente sindicância (fls.142/144);
- 9) Requisição de Exame Merceológico (Avaliação Indireta) referente aos HTs, ambos de marca Motorola, sendo o primeiro no modelo –EP450, com bateria, suporte, alça, antena e capa de couro, e o segundo no modelo PRO5150, com bateria, suporte, alça, antena, capa de couro (fls.145);
- 10) Laudo de Exame Pericial Merceológico (Avaliação Indireta) nº.01572/08, expedido pelo Instituto de Criminalística “Perito Criminal Vital Araújo”, datado de 12/03/2008 (fls.149/150);
- 11) Despacho de Instrução e Indiciação dos servidores processados por terem eles infringido o disposto no art. 57, IV, e 58, II, ambos da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04 (fls.151/155);
- 12) Citação dos indiciados e de seu causídico para apresentar defesa final (fls.156/158);
- 13) Defesa Final (fls.159/168).

A Comissão Processante, em seu fundamentado Relatório (fls.169/181), analisando o conteúdo probatório contido nos autos, concluiu que há suficientes provas nos autos que atestam terem os processados infringido o disposto nos arts. 57, IV e 58, II, ambos da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04.

Encaminhado o processo à Procuradoria Geral do Estado, para controle finalístico de legalidade, esta, por intermédio do fundamentado Parecer PGE/CJ nº.062/2009, de 12.02.2009 (fls.186/191) e DESPACHO N.º PGE 38/09, de 13.02.2009 (fls.192/194), acatou na integralidade o Relatório da Comissão.

É O RELATÓRIO.

A Sindicância Administrativa Disciplinar foi instaurada obedecendo a todos os requisitos legais, atendendo-se aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório.

Constata-se que a comissão processante exerceu suas atividades com independência e imparcialidade, atuando diligentemente na descoberta da verdade material, objetivo primordial de todo e qualquer processo administrativo.

Verifica-se, igualmente, que a comissão processante atendeu a todos os prazos processuais, enviando a sindicância administrativa disciplinar em tempo hábil à Procuradoria Geral do Estado.

Examinadas as declarações e demais provas constantes dos autos, vê-se que há suficientes provas nos autos que atestam terem os processados infringido os arts. 57, IV e 58, II, ambos da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04.

Ante o exposto e considerando tudo o que consta nos autos da sindicância em apreço, especialmente o Relatório da Comissão Sindicante (fls. 169/181), bem como Parecer PGE/CJ nº.062/2009, de 12.02.2009 (fls.186/191) e DESPACHO N.º PGE 38/09, de 13.02.2009 (fls.192/194), os quais acolho integralmente, adotando-os, como motivação para prolatar esta decisão, constituindo parte integrante da mesma, em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 50, da Lei Federal nº 9.784/99, c/c § 7º, do art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94 e art. 59, da Lei Complementar nº 37/04, **DECIDO**, com suporte nos art. 59 e 65, da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04, sopesadas as circunstâncias previstas no art. 149 da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94; considerando que o fato investigado é proveniente de um ilícito administrativo porquanto decorrente de violação de um dos deveres e de uma das proibições mencionadas nos arts. 57 e 58 da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04, respectivamente; considerando, ainda, os bons antecedentes funcionais dos servidores imputados, vez que não se vêem em suas certidões funcionais (fl.61/63), nada que desabone suas condutas funcionais, **IMPOR** a penalidade administrativa de **ADVERTÊNCIA** aos servidores **JORGE PEREIRA DOS SANTOS, Agente de Polícia Civil de 3ª Classe, matrícula nº.009904-0** e **FRANCISCO CHAGAS DO NASCIMENTO, Agente de Polícia Civil de 3ª Classe, matrícula nº.009874-4**, por terem eles transgredido o disposto nos arts. 57, IV e 58, II, ambos da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04, bem como ressarcimento ao erário no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), devendo ser descontado R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) de cada servidor, montante este apurado no Laudo de Exame Pericial Merceológico (Avaliação Indireta) nº 01572/08 (fls.149/150), na forma do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, com as alterações da Lei Complementar nº 084, de 07.05.07, sendo dever dos servidores públicos procederem aos descontos relativos a reposições e indenização ao erário, nos termos do inciso XVI do art. 137, da Lei Complementar nº 13/94, incluído com as alterações da Lei Complementar nº 84/07. Intimem-se os processados.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Teresina, 27 de março de 2009.

Del. Robert Rios Magalhães
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 12.000- 128/GS/09 Teresina, 27 de março de 2009.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento art. 162, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94;

CONSIDERANDO o teor do Julgamento prolatado em **27 / 03 / 09** na Sindicância Administrativa Disciplinar **nº 030/GPAD/2007**, instaurada pela Portaria nº 237/GAB/2007, de 26.11.2007;

RESOLVE

- 1) Com suporte nos arts. 59 e 65, da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04 e sopesadas as circunstâncias previstas no art. 149, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, **APLICAR** a penalidade administrativa disciplinar de **ADVERTÊNCIA** ao sindicado **JORGE PEREIRA DOS SANTOS, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 009.904-0**, e ressarcimento ao erário no valor de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), montante este apurado no Laudo de Exame Pericial Merceológico (Avaliação Indireta) nº 01572/08 (fls.149/150), na forma do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, com as alterações da Lei Complementar nº 084, de 07.05.07.
- 2) Determinar à Gerência de Gestão de Pessoas que promova o assentamento da referida penalidade, e proceda o desconto, parceladamente, nos termos do art. 42, §§ 3º e 8º, da Lei Complementar nº 13/94, com as alterações da Lei Complementar nº 84/07.

COMUNIQUE-SE. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE

Robert Rios Magalhães
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA